

### REPRESENTANTES PRESENTES

#### 1. SP URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO

Gustavo Partezani Rodrigues – Representante Suplente

#### 2. SMDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Tereza Beatriz Ribeiro Herling – Representante Titular

#### 3. SEHAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Antonio Rodrigues Martins – Representante Titular

Luis Henrique Tibiriçá Ramos – Representante Suplente

#### 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Osana Luz Novais Moreira – Representante Suplente

#### 5. SMT – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Regina Maiello Villela – Representante Titular

#### 6. SVMA – SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

Evandro Reis – Representante Suplente

#### 7. FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Renato Cymbalista – Representante Titular

Maria Lúcia Refinetti R. Martins – Representante Suplente

#### 8. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Juarez Eduardo de Andrade Fortes – Representante Suplente

#### 9. APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

Antonio Marcos Doria Vieira – Representante Titular

#### 10. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Robin Hlavnicka – Representante Titular

Cibele Martins Sampaio – Representante Suplente

#### 11. SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

Eduardo Della Manna – Representante Suplente

#### 12. ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

Maria de Lourdes Ribeiro – Representante Suplente

#### 13. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Gerônimo Henrique Neto – Representante Titular

### CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

FÁBIO TEIZO – SP. URBANISMO – CHG

VLADIMIR AVILA – SP URBANISMO DGF/GOU

ROSA MARIA MIRALDO – SP URBANISMO-DDF

THIAGO BARBIZAN – SEHAB/HABI –G

MARIA AUGUSTA SANCHES – SECRETARIA DE FINANÇAS

RICARDO PEREIRA DA SILVA – SÃO PAULO OBRAS

ROBERTO MOLIN – SÃO PAULO OBRAS

MANOEL LAGE – SABROVE

REGINA MONTEIRO – SABROVE/ MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

SHEILA MENDES DO NASCIMENTO – FAVELA NOVA MINAS GERAIS/ CORRUIRAS

OLAVO GERALDO – ROCINHA PAULISTANA

CARLOS FARIA – CIA. DO METRÔ

ERNESTO GRANADO - CIA. DO METRÔ

CECÍLIA MARTINO - CIA. DO METRÔ

EDUARDO CURIATI - CIA. DO METRÔ



ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA ESPRAIADA  
REALIZADA EM 17/12/2013 – 15:00 HORAS  
Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar /EDIFÍCIO MARTINELLI

Às 15h30min, no auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, **Gustavo Partezani**, Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo e membro suplente desta empresa no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, tendo observado a presença de membros suficientes para o início dos trabalhos abriu a 32ª Reunião Ordinária saudando a todos os presentes e apresentando a pauta do encontro.

Na sequência a palavra foi passada para **Rosa Miraldo** que de imediato submete aos membros do Grupo Gestor presentes a aprovação da ata da 31ª Reunião Ordinária realizada em 24/09/2013. A ata foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Passa-se então à apresentação dos informes no âmbito do CEPAC – aspectos financeiros e estoques, através de slides que são parte integrante desta ata.

O tópico seguinte é relativo a projetos e obras de HIS, e o representante titular da SEHAB neste Grupo Gestor, **Antonio Rodrigues Martins**, é convidado a trazer os informes. Tendo em vista a participação da SP Obras no gerenciamento dos projetos e obras de HIS, **Antonio Rodrigues Martins** solicita que as informações acerca do andamento das obras de HIS e projetos sejam relatadas por **Ricardo Pereira**, Diretor de Desenvolvimento de Projetos da SP Obras presente à reunião.

**Ricardo Pereira** passa então a explicar os dados constantes da planilha apresentada: áreas com ações expropriatórias ajuizadas, áreas com imissão na posse, unidades em construção e potencial de unidades a produzir nessas áreas. Esclarece que há um esforço no sentido de se adaptar vários projetos já existentes para o programa federal “Minha Casa Minha Vida” visando obter junto à Caixa Econômica Federal repasse de recursos equivalentes às unidades que vierem a ser construídas nos padrões estabelecidos neste programa, de modo a contribuir para o caixa da operação urbana.

Os slides apontam também para áreas ainda sem projeto, cuja produção deverá ser objeto de adequação ao programa “Minha Casa Minha Vida”, já mencionado. Além destas unidades, permanece a cota de unidades a serem construídas pelo CDHU: cerca de 1200 UH estão em aprovação na SEL – Secretaria de Licenciamento da PMSP, além do repasse de áreas já objeto de decreto de interesse social para execução de UH pelo CDHU visando atender demanda da Via Parque atingida pelas obras da Linha 17 Monotrilho, em parceria com o Metrô.

**Rosa Miraldo** destaca a informação apontada no slide apresentado, que dá como estimativa de atendimento nas áreas já apartadas para empreendimentos habitacionais o total de 8571 unidades.

**Ricardo Pereira** lembra da proposta contida no projeto de lei do novo Plano Diretor enviado à Câmara Municipal, relativa às áreas já decretadas como de interesse social no âmbito da operação urbana consorciada Água Espraiada, para que seu perímetro conste das novas áreas de ZEIS no Município, o que permitiria elevar seu coeficiente de aproveitamento, implicando em número maior de UH. Dentro desta expectativa, está sendo feita uma revisão dos projetos cujas obras ainda não foram iniciadas. Além da possibilidade de ofertar maior número de UH, também se busca diluir o custo da unidade a partir de um maior aproveitamento dos terrenos em desapropriação.

O slide seguinte traz o número dos processos administrativos em andamento relativos aos conjuntos Corruíras, Estevão Baião, Gutemberg e Jd. Edite, este último, deferido.

**Antonio Rodrigues Martins** passa a abordar questões levantadas na reunião anterior, relativas a problemas apontados pelos moradores dos conjuntos Jd. Edite e Corruíras, como vazamentos, problemas elétricos, entre outros, informando que há relatório da gerenciadora relatando que os problemas já foram solucionados. Ressalta que não ficará problema pendente. No tocante às novas obras de HIS, pondera que de acordo com a última reunião ocorrida na São Paulo Obras a este respeito decidiu-se iniciar as obras em áreas com imissão na posse e projeto mesmo que não seja contemplado o ressarcimento pela Caixa Econômica Federal pelo programa “Minha Casa Minha Vida”.

**Ricardo Pereira** acrescenta que as quatro obras em andamento ainda respeitam o partido arquitetônico anterior.

Com respeito à demarcação como ZEIS dos perímetros decretados como de interesse social na OUC Água Espraiada pelo novo Plano Diretor enviado à Câmara, **Rosa Miraldo** esclarece que esta providência foi tomada pois nem todas as áreas decretadas como de interesse social estavam em ZEIS, cuja característica de aproveitamento para fins de produção de HIS é bem mais interessante.

**Gustavo Partezani** lembra, no entanto, que é uma proposta que ainda deve passar por debate no Legislativo.

**João das Virgens** manifesta preocupação com pessoas que estão sendo removidas (131 pessoas) e que devem receber o auxílio aluguel de R\$ 300,00 reais, valor muito baixo. Afirma que estão inconformados com essa situação. Entende que, havendo recursos e terrenos, e estando todas essas famílias cadastradas, elas deveriam ir para unidades habitacionais, e não para a situação de auxílio aluguel. Alerta que novas favelas estão sendo construídas porque as famílias estão passando necessidades. E que há famílias já por 6 anos no auxílio aluguel.

**Ricardo Pereira** informa que, no tocante às obras da Via Parque, apenas estão sendo removidas as famílias que ocupam trecho junto ao Córrego Pinheirinho para realização de obras de drenagem, que é uma obra emergencial. Isso não é uma generalidade do programa. Só haverá remoções quando houver unidades prontas, afirma.

**João das Virgens** afirma tratar-se de remoções na favela Vietnã, à pedido do Ministério Público e a cargo da Subprefeitura.

**Rosa Miraldo** pondera que, em não se tratando de remoção promovida pela SP Obras por necessidade de cronograma de obras junto à Via Parque, a responsabilidade pela remoção é do órgão solicitante.

**Gustavo Partezani** sugere pedir esclarecimentos para Subprefeitura, tendo em vista não se tratar de remoção oriunda diretamente de intervenção da OUC Água Espraiada.

**Rosa Miraldo** pondera também que se não houvesse uma situação de risco, as famílias não teriam sido retiradas neste momento, por necessidade da operação urbana apenas, uma vez que não há unidades prontas ainda. Mas que parece se tratar de exigência exclusiva a partir do Ministério Público.

**Geroncio Henrique Neto** inicia sua fala dizendo que a OUC Água Espraiada tem um Conselho que decide sobre as obras da operação urbana e que a questão do aluguel social é do Conselho Municipal da Habitação. Entende que deve ser feito um planejamento para remover o menos

possível de famílias sem que se tenha unidades prontas; planejamento para que haja menos remoção. Há 9000 famílias esperando unidades. O Conselho deveria decidir o valor do aluguel social, pois há recurso dentro da lei (operação urbana).

Das 8000 casas prometidas foram construídas 500, mas o que está sendo entregue deixa muito a desejar. No conjunto Jardim Edite falta cozinha na área de festas, faltam lixeiras.

**Antonio Rodrigues Martins** informa ao Grupo Gestor que o Sr. **Geroncio Henrique Neto** já esteve em reunião com o Secretário Adjunto de SEHAB - Marco Antonio Biasi discutindo essa questão.

**Rosa Miraldo** lembra que a entrega de unidades habitacionais no âmbito das operações urbanas consorciadas é algo relativamente novo, e coloca a questão de que, no tocante à Lei que rege as operações urbanas, a obrigação é prover a unidade habitacional para o reassentamento definitivo, mas que a questão do pós uso não foi abarcada.

**Geroncio Henrique Neto** prossegue dizendo que 80 famílias (demanda do Jd. Edite) ainda estão sem moradia, e que foram necessários 10 anos para construir 500 unidades.

**Rosa Miraldo** destaca que o Grupo Gestor da OUC Água Espraiada não tem competência para discutir o regramento relativo ao auxílio aluguel. O assunto tem que ser levado ao Conselho Municipal de Habitação. As obras do conjunto Estevão Baião estão sendo retomadas. Lembra que a lei da OUC Água Espraiada demanda o atendimento às famílias atingidas pelas obras. São mais de 800 unidades que começaram pelo atendimento dos moradores em decorrência das obras da Ponte Estaiada. Para início de qualquer obra é necessário, após ajuizamento das ações expropriatórias, de imissões na posse. E as imissões na posse já estão acontecendo.

**Antonio Rodrigues Martins** informa que já foram iniciadas obras equivalentes a cerca de 500 a 600 unidades, além de outras que já podem começar. É preciso agilizar as 1200 unidades da CDHU. Durante o próximo ano serão cerca de 3000 unidades cujas obras podem iniciar.

**Rosa Miraldo** diz não haver dúvida de que a unidade pronta é sempre melhor que a alternativa do auxílio aluguel.

**Maria Lucia Refinetti Martins** manifesta sua dúvida quanto a como enxergar melhor os dados apresentados, sobretudo de recursos e sua aplicação, permitindo assim um melhor acompanhamento das ações. Também as informações relativas ao andamento dos projetos e obras de HIS, parte está no site e parte não está: número de terrenos disponíveis e obras, 77 decretos, 33 imissões na posse. Tais informações são importantes para que se tenha maior clareza.

**Rosa Miraldo** esclarece que há atualização semanal no site referente aos estoques, que a Caixa Econômica Federal emite quatro relatórios anuais, também disponíveis no site, e que as informações do andamento dos projetos e obras ocorre nas reuniões ordinárias periódicas, cujas atas e apresentações ficam à disposição no site da SP URBANISMO.

**João das Virgens** sugere que as áreas objeto de DIS e que se mostrarem pequenas para projetos de HIS poderiam ser doadas para as instituições cadastradas da comunidade.

**Rosa Miraldo** pede que se houver solicitações neste sentido, que sejam formalizadas por escrito para a SP URBANISMO de modo que seja possível proceder a uma análise jurídica acerca da viabilidade de atendimento.

**João das Virgens** sugere ainda que, à medida que as unidades habitacionais forem sendo entregues, que 50% seja destinado a quem está no bolsa aluguel e 50% seja utilizada para reassentamento de famílias que estejam na frente de obras.

Prosseguindo a apresentação dos slides para atualização dos informes, **Rosa Miraldo** passa a discorrer sobre o andamento das seguintes intervenções: Parque Chuvisco – ordem de início emitida, obras iniciadas; Prolongamento da Av. Chucrí Zaidan e Ponte sobre o Rio Pinheiros: iniciado o ajuizamento das ações expropriatórias das áreas necessárias à intervenção.

**Ricardo Pereira** acrescenta a informação de que 191 ações foram ajuizadas, e já houve uma imissão na posse. A ponte sobre o Rio Pinheiros - Ponte Laguna - terá a designação de suas duas alças conforme a proximidade com as avenidas de ligação: Ponte Itapuína e Ponte Laguna. Os canteiros de obras estão quase finalizados.

**Rosa Miraldo** prossegue informando que o projeto das Vias Locais do Brooklin contou com uma reunião recente com representantes das diversas associações daquele bairro visando encontrar soluções conjuntas. Conforme combinado naquela ocasião, seria trazida uma sugestão de data – para um novo encontro, com sugestão para fevereiro de 2014.

**Gustavo Partezani** ressaltou que o objetivo do encontro com os representantes das associações, técnicos e demais agentes envolvidos no projeto das Vias Locais do Brooklin é qualificar uma proposta para posterior discussão e participação do Grupo Gestor.

**Geroncio Henrique Neto** recorda que há passarelas na altura da Rua Guaraiúva sobre a Av. Jorn. Roberto Marinho que precisam ser contempladas.

**Rosa Miraldo** pondera que há passarelas e transposições previstas em lei, bem como que há um TAC a respeito, e que está tudo sendo previsto e discutido. Prosseguindo, informa que no tocante ao Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho – Via Parque, há muitas ações sendo ajuizadas para abrir frentes de obras.

**Ricardo Pereira** informa que a SABESP vai assinar um instrumento com o Município de São Paulo visando o repasse de recursos para construção do coletor tronco da Água Espraiada no valor de R\$ 50 milhões de reais. O projeto já está aprovado.

**Rosa Miraldo** passa a discorrer sobre o convênio relativo à Linha 17 Ouro – Monotrilho do Metrô no âmbito da OUC Água Espraiada, mais especificamente acerca do aditivo nº 2 a esse convênio. Informa que na 13ª reunião ordinária do Grupo Gestor desta operação urbana foi deliberado e aprovado uso de recursos para projetos e obras, entre os quais figurava transporte coletivo. Na sequência foi registrada na CVM a 4ª Distribuição de CEPAC prevendo destinação de recursos para linhas do Metrô(2008). Foi firmado convênio entre a então EMURB e a Cia do Metrô, cujo prazo de vigência de 60 meses expirou em outubro de 2013, no valor de R\$ 450 milhões. O primeiro aditivo ao convênio foi assinado em dezembro de 2008 para nele incluir transporte de média capacidade e alterar o valor para R\$ 500 milhões. Assim, o convênio poderia cobrir despesas da linha 5 Lilás e transporte de média capacidade (monotrilho) no perímetro da OUC Água Espraiada. **Rosa Miraldo** esclarece que as medições apresentadas pelo Metrô apenas são ressarcidas se os gastos efetivamente se derem em atividades dentro do perímetro desta operação urbana. E frisa que nesta reunião será apresentado ao Grupo Gestor, para ratificação, o segundo aditivo a este convênio, cujo escopo é a prorrogação da vigência deste instrumento por mais 38 meses e a substituição dos Planos de Trabalho 1 e 2 anteriores pelo Plano de Trabalho 3, que se



restringe apenas à Linha 17 Ouro - Monotrilho. Esclarece ainda que o valor do convênio permanece inalterado (R\$ 500 milhões). Tendo em vista os valores já repassados ao Metrô, bem como o resultado de aplicações financeiras sobre este montante, o valor final que falta ser repassado é de cerca de R\$ 120 milhões. Convida, então, os técnicos da Cia. do Metrô presentes para apresentação sobre a Linha 17.

**Carlos Faria**, da Cia. Do Metrô inicia a apresentação de slides sobre a Linha 17 Ouro – Monotrilho, que passa a ser parte integrante desta ata. Na sequência **Gustavo Partezani** abre espaço para os questionamentos dos representantes. Os esclarecimentos pertinentes a projeto são elucidados pelo Arq. **Ivan Picoli**, da Cia. Do Metrô.

O **Movimento Defenda São Paulo** indaga acerca da passarela junto ao Supermercado Extra (Av. Washington Luis). **Ivan Picoli** responde que essa passarela será remanejada; haverá uma passarela que sairá de dentro do Supermercado Extra. Ela será readequada, conforme estabelecido por SPTRANS, CET e pela Cia do Metrô.

Referindo-se ao projeto paisagístico, **Robin Hlavnicka** pergunta qual será o diâmetro das árvores utilizadas pelo Metrô.

**Ivan Picoli** esclarece que estão sendo seguidas as portarias de SVMA. Serão plantadas espécies semi-adultas e em formação, para que em 5 anos se consolidem.

**Eduardo Della Manna** agradece apresentação do Metrô e pergunta quanto representa o valor do investimento no trecho inserido no perímetro da operação urbana em relação ao montante total da obra da linha 17.

**Ivan Picoli** informa que os recursos aportados pela OUCAE serão parciais. A obra toda está orçada em R\$ 4,5 bilhões. **Ernesto Granado**, da Cia. Do Metrô esclarece que o trecho 1 (Congonhas – Estação Morumbi CPTM), no âmbito da OUCAE, está em torno de R\$ 1,7 a R\$ 1,8 bi. Os recursos estão sendo utilizados inicialmente em desapropriações e obras.

**Robin Hlavnicka** indaga acerca de gradis de proteção, bem como da acústica no pátio de manobras, e **Manoel Lage** pergunta sobre como será o acesso da Estação Congonhas para dentro do aeroporto e também manifesta preocupação com o nível de ruído em relação às habitações existentes. Também pergunta sobre o cronograma da entrega da última estação que fará conexão com a linha amarela.

**Ivan Picoli** informa que o nível do ruído do pátio no Jabaquara é muito pequeno, basicamente produzido pelo deslocamento dos trens, e que no caso do monotrilho o ruído é bem menor. A principal fonte de ruído – atrito - não existe. E o equipamento possui certificação ambiental. A operação que acontece não causa transtorno. O transtorno principal é no período das obras. Quanto aos gradis, não se pode usar ao redor do rio; tem de haver *new jersey* para proteção dos veículos.

**Antonio Rodrigues Martins** informa que cerca de 2200 UH serão inseridas num convênio entre o Metrô e o CDHU.

**João das Virgens** diz estar preocupado com a possibilidade de as famílias permanecerem por muito tempo com auxílio aluguel antes do reassentamento definitivo.

**Robin Hlavnicka** manifesta preocupação com o projeto das Vias Locais do Brooklin e as Estações do Monotrilho. Lembra da vegetação prevista junto ao Monotrilho e afirma que há que se ter cuidado com os usuários de drogas. **Ivan Picolli** pondera que o Metrô se depara com problemas de usuários de drogas e tem adotado medidas para contornar essa situação. Afirma que hoje é possível controlar.

**Maria Lúcia Refinetti Martins** indaga acerca da produção de HIS, se os recursos da OUCAE serão aplicados nas HIS do convênio com CDHU.

**Robin Hlavnicka** questiona como ficará a manutenção da parte de baixo do Monotrilho. **Ivan Picolli** informa que caberá ao Metrô a manutenção próxima do viário. Informa também que o Metrô está desapropriando áreas a maior junto às estações projetadas do Monotrilho, o que significa dizer que, nestas quadras, a faixa de melhoramento viário correspondente às Vias Locais do Brooklin já estarão desimpedidas e serão entregues à Prefeitura. Já está também acomodação plena da ciclovia e acessos viários, e compatibilização com o projeto em andamento das Vias Locais. Quanto ao acesso da Estação Congonhas ao aeroporto, com a ajuda de um slide **Ivan Picolli** demonstra que haverá acessibilidade subterrânea plena, devendo ser percorrida a distância de aproximadamente 160m até o saguão do aeroporto.

**Regina Villela** observa que a distância é menor do que se fosse feita a travessia pela passarela.

Continuando, **Ivan Picolli** destaca que, embora a Estação seja aérea, a conexão será subterrânea. Informa ainda, com respeito à distância do eixo da estrutura do Monotrilho, que será de 25m das HIS situadas na Av. Washington Luis e da empena cega do Supermercado Extra. Foram compatibilizadas para não haver interferência visual. Observa que o ruído de carros e ônibus será ouvido, mas do Monotrilho não. Sobre o cronograma, informa que o trecho inicial deverá ser entregue 2015 e o trecho final até 2016. A ligação com a linha azul deverá se dar até 2016.

Para falar sobre o reassentamento das famílias moradoras da Via Parque que serão atingidas pelas obras da Linha 17 – Monotrilho, **Ivan Picolli** passa a palavra para **Cecília Martino**, Coordenadora de Relacionamento com a comunidade, da Cia. Do Metrô. Esclarece que permanecem as informações fornecidas em reunião com as comunidades ocorrida este ano na Cia. Do Metrô, a saber, que do contingente de 8500 famílias cadastradas, 2000 famílias fazem parte do universo a ser atendido pelo Metrô. Para implantar a Linha 17, 2000 famílias terão que sair antes. O Metrô alocou verba para que essas famílias tenham auxílio moradia. A responsabilidade pelo trabalho social é da SEHAB.

**João das Virgens** afirma que, se há projeto do Metrô, tem que haver também Moradia. Chega de auxílio aluguel. Queremos tudo documentado. Hoje não há mais possibilidade do auxílio aluguel para as 2000 famílias. Essas famílias precisam saber pra onde vão e quando.

**Cecília Martino**, da Cia do Metrô informa que a construção de moradias destinadas às famílias a serem removidas em razão das obras da Linha 17 Ouro caberá ao CDHU.

**Antonio Rodrigues Martins** acrescenta que a implantação da Via Parque exige a participação do Governo do Estado e da Prefeitura. Já existe projeto, para início imediato, de 1200 unidades contratadas pela CDHU, que são os conjuntos Campo Belo e Jabaquara; há convênio pronto para ser assinado para mais 1200 UH, de modo que são cerca de 2400UH que integram o total de 8500 atendimentos previstos. Estamos aguardando as plantas expropriatórias. A preocupação é a execução disto no tempo adequado. O compromisso é que ninguém deverá sair sem unidade pronta.

**Marcos Doria** não formula nenhuma pergunta à Cia do Metrô, mas critica a ação da Prefeitura, que no seu entender não fez nada exceto os conjuntos habitacionais. Ressalta que faltam as Vias Locais e os túneis, e que os CEPAC são vendidos, mas as obras não saem. Um ano se passou e não começa nada. Levanta também a questão da ADIN (ação direta de inconstitucionalidade) em razão da obra do túnel.

**Fabio Teizo** esclarece que o que foi julgado inconstitucional foi a parte final do texto do primeiro artigo da Lei 15.416/2001 que alterou parcialmente a Lei 13.260/2001.

**Rosa Miraldo** acrescenta que ADIN foi impetrada em razão da porção do trajeto do túnel que passa fora do perímetro da OUCAE conforme estabelecido na Lei 13.260/2001. PGM solicitou informações, que foram fornecidas pela SP URBANISMO, e a ação prossegue para recurso. Pondera que, no âmbito do regramento estabelecido pela Lei 13.260/2001, não há indicação expressa que as intervenções tenham que estar dentro do perímetro. As intervenções estão delineadas na Lei. Certamente que a ligação Marginal Pinheiros - Imigrantes não se dará em percurso por um bairro distante, o que seria, isto sim, passível de questionamento. O perímetro existe para delimitar uma área dentro da qual é criada uma situação de exceção à LUOS, mediante pagamento em CEPAC, conforme regramento da Lei. A ADIN é uma questão que corre no âmbito da Justiça. Propõe que na próxima reunião sejam trazidas as informações atualizadas e mais detalhadas do processo.

**Marcos Doria** sugere criar um perímetro expandido, a exemplo do que foi adotado na OUC Água Branca.

**Rosa Miraldo** prossegue esclarecendo acerca do andamento das obras, lembrando que sua execução é precedida de várias etapas, já alcançadas, como projetos, licitações e licenciamentos.

**Roberto Molin** – informa que já foi dada ordem de início das obras, e, no tocante ao uso de recursos, está se gastando bastante em desapropriação.

**Ricardo Pereira** reitera a informação acrescentando que os 270 processos de desapropriação ajuizados destinam-se às obras; aqueles destinados a HIS foram ajuizados em 2011. Agora estão sendo ajuizadas ações para áreas necessárias ao restante das obras de infraestrutura.

**Renato Cymbalista** indaga como será feita a ligação da Estação Jabaquara para o Monotrilho. **Ivan Picolli** esclarece.

**Eduardo Della Manna** diz não ter dúvida da importância da implantação da obra do Monotrilho para a cidade de São Paulo, e é por esta razão que entende que o custo que deva ser assumido inteiramente pelo Metrô. Os projetos que subsidiaram a operação urbana não contemplavam a linha do Metrô. É evidente, portanto, que não haverá recursos para as outras obras. O Metrô tem de assumir integralmente. Manifesta seu voto contrário à ratificação do aditivo que prorroga o convênio com a Cia do Metrô.

**Cibele Sampaio** manifesta preocupação quanto à Ponte sobre o Rio Pinheiros, por ter ouvido que a mesma será construída pela contrapartida de empreendimento que será construído do outro lado, e indaga a respeito, enquanto **Manoel Lage** pergunta acerca do cronograma de implantação das Vias Locais do Brooklin, posto que até o momento não se cogitou data para implantação dessas obras.



Diante da continuidade das questões que não envolviam diretamente o aditivo ao convênio com a Cia do Metrô em pauta, **Rosa Miraldo** propõe que se proceda à votação da ratificação do referido aditivo, para posterior discussão dos demais assuntos.

**Maria Luiza Refinetti Martins** pergunta se a votação do convênio é apenas relativa ao prazo.

**Renato Cymbalista** diz não se sentir suficientemente informado para poder votar. Indaga acerca de alternativas, uma vez que a situação da Prefeitura era uma e hoje é outra, em termos de recursos.

**Rosa Miraldo** reitera que o material que subsidia a votação foi encaminhado juntamente com a convocação da reunião para prévia apreciação dos representantes, e que a manutenção do convênio independe da situação orçamentária da Prefeitura, posto tratar-se de recursos oriundos da venda de CEPAC.

**Robin Hlavnicka** manifesta concordância com a abordagem de **Eduardo Della Manna**, não se estipulou inicialmente um valor; mas entende que as obras do Metrô no âmbito da OUCAE, uma vez iniciadas, devem ser concluídas; entende que a ratificação do aditivo corresponde a uma questão de prazo, não havendo o que contrapor.

**Rosa Miraldo** coloca, então, em votação, a ratificação do Aditivo número 2 ao convênio celebrado entre a então EMURB, atual SP URBANISMO e a Cia do Metrô. Votos contrários: **Eduardo Della Manna** SECOVI. Abstenções: **Renato Cymbalista** FAUUSP. Votos favoráveis: 11, de um total de 13 entidades e órgãos municipais presentes. Desta forma, foi ratificado o Aditivo número 2 ao convênio celebrado entre a então EMURB, atual SP URBANISMO e a Cia do Metrô.

**Rosa Miraldo** propõe continuidade da discussão trazendo de volta a questão formulada por **Cibele Sampaio** sobre as pontes da Chucri Zaidan.

**Roberto Molin** esclarece que se trata de opção de utilização de recursos extra-CEPAC, a partir de obrigação de fazer de empreendimento próximo à ponte Itapaiúna, que pode beneficiar a execução da referida ponte que, não fosse por esta circunstância, teria de ser executada com recursos exclusivos da operação urbana.

**Regina Monteiro** esclarece que a iniciativa privada tem de fazer as intervenções para atender aos impactos gerados pelos próprios empreendimentos. O empreendimento está obedecendo a Certidão de Diretrizes. Para cumprir o rito de licenciamento, o empreendedor necessita executar a obra.

**Robin Hlavnicka** manifesta preocupação quanto a se o processo não for aprovado, uma vez que está sendo questionado na justiça o licenciamento do empreendimento.

Tendo em vista o adiantado da hora, e que vários representantes já haviam deixado a reunião, **Rosa Miraldo** propõe que este tema volte a ser abordado na próxima reunião e com mais informações trazidas pela SP Obras.

A reunião foi encerrada às 18hs40min.